

## TENSÃO POLÍTICA ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA, O PULSAR DOS ACONTECIMENTOS EM 1938

ALBENE MIRIAM MENEZES<sup>1</sup>

Pretende-se, com esse artigo, apresentar subsídio para o esclarecimento dos antagonismos entre os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Adolf Hitler (1933-1945), que levaram à declaração de *persona non grata* do embaixador alemão no Brasil e a quase interrupção dos fluxos comerciais no ano em tela, a despeito da propalada simpatia do brasileiro pelo regime do alemão. Embasada por informações e dados de fontes de arquivos alemães e brasileiros, assim como da literatura especializada a abordagem do tema no tempo breve, de alguma forma colocando no primeiro plano o indivíduo/ator político e o acontecimento, atenta aos pequenos detalhes e às grandes conexões aproxima-se de algumas premissas da micro-história. Não obstante, ao considerar variáveis individuais (os personagens), estruturais e circunstanciais, relacionando-as a uma realidade mais ampla, o tratamento do tema situa-se no limiar do método contextual.

**PRELÚDIO DOS ACONTECIMENTOS.** As aventuras e desventuras dos regimes em epígrafe (autoritário brasileiro e totalitário alemão), a despeito dos múltiplos interesses em comum, geraram um “choque de nacionalismos” (HILTON, 1994: 273), no ano de 1938. No epicentro da crise daí advinda destacavam-se dois personagens de ídolos inconciliáveis que protagonizaram a faceta mais visível dos antagonismos nas relações bilaterais em tela: o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, e o então embaixador alemão acreditado no Rio de Janeiro, Karl Ritter. As “dificuldades políticas, a insolência nazista e a intriga americana”, assevera Moniz Bandeira (BANDEIRA, 1994: 46), explicariam a tensão política no ano em foco. Essas dificuldades as fontes consultadas permitem traduzir como sendo, dentre outros fatores, as desavenças em torno da política de nacionalização do governo Vargas, especialmente ao que diz respeito à nacionalização forçada dos alemães e seus descendentes no Brasil e a proibição de partidos políticos, o que atingia, obviamente, a

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade de Hamburgo e Pós-Doutora pela Universidade de Bielefeld, Alemanha. Professora Associada do Departamento de História da Universidade de Brasília - UnB.

representação da *Nazionalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP, Partido Nazista). A insolência nazista reporta principalmente o modo de agir do embaixador alemão no Rio de Janeiro, Karl Ritter. A intriga americana revela a tentativa dos Estados Unidos de influir no jogo de simpatias e antipatias e nas subsequentes tendências pan-americanas e germanofólas presentes nos membros do governo brasileiro, os quais tendiam a agir de modo a fortalecer os elos do Brasil com o regime de sua inclinação. De onde se pode, por outro lado, deduzir: o governo encontrava-se dividido ideologicamente.

Harms-Baltzer advoga a tese, endossada por Rahmeier, que a política de nacionalização dos alemães e seus descendentes no Brasil não foi um problema decisivo nas relações alemãs-brasileiras (HARMS-BALTZER, 1970. RAHMEIER, 2008). Sem embargo, mas circunscrever a tensão nas relações em foco ao posicionamento profissional do embaixador Ritter que intervém em defesa de Reichsdeuteschen (alemães do Reich, cidadãos alemães residentes ou oriundos do Império Alemão) atingidos por ações políticas ou policiais no âmbito da Campanha de Nacionalização do governo Vargas (RAHMEIER, 2008: 195) é, simplesmente, não considerar muitas outras variáveis intervenientes do problema. Este ensaio parte do pressuposto que a tensão em tela é um aspecto do jogo de interesses que envolvia, dentre outras esferas, a Alemanha, os Estados Unidos, a política de nacionalização de Vargas e as simpatias de membros do governo brasileiro pelos regimes dessas duas potências. Assim, embora a propalada falta de tato diplomático do embaixador Ritter fosse um fator considerável, a tensão originava-se, também, de outros aspectos e setores, a exemplo das dificuldades operacionais do modelo de relações bilaterais e seu correspondente método de comércio de compensação introduzidos pelo regime nazista, “que tinha por meta usufruir da capacidade de absorção do mercado brasileiro, para abarrotá-lo de marcos bloqueados.” (MENEZES, 1995: 212).

As premissas que configuravam o contexto no qual ocorreu a mencionada tensão foram colocadas pelos governos dos acima mencionados regimes tão logo chegaram ao poder e iniciaram a implementação de políticas nacionalistas. Da parte do Brasil, importa destacar, o governo de Getúlio Vargas desenvolveu uma concepção de Segurança Nacional que implicava em uma política de fortalecimento das forças armadas, notadamente do Exército, e em uma campanha de nacionalização forçada das

minorias étnicas, visando sobretudo o ‘abrasileiramento’ da colônia alemã e seus descendentes no Sul do país como forma de “acabar com os quistos étnicos”. Essa política tornou-se acentuada no Estado Novo, mas desde o início do seu governo Vargas paulatinamente adotou medidas nacionalistas. Aliás, ela “tem uma velha história e é a expressão da disputa político-cultural no Brasil”, que se “fortalece por ocasião da 1ª Guerra Mundial”. Na opinião de Paiva, com a formação de um contexto político internacional conturbado, os políticos e militares brasileiros passaram a ter uma visão pessimista do cenário internacional com um efeito cumulativo sobre a questão da integração cultural dos diferentes grupos de imigrantes e seus descendentes no país. (PAIVA, 1984: 153/154). Assim, desde o início dos anos 1930 e de forma gradativa, essa passa a ser uma questão de segurança nacional – para parte das esferas acima citadas. Segundo Paiva, “A política de nacionalização foi um momento da expansão de funções ideológicas do estado no Brasil, o qual foi deslançado depois do movimento de 1930 “. No entendimento desse autor, a postura cautelosa do Auswärtiges Amt (doravante AA, Ministério das Relações Exteriores da Alemanha) em relação à política em foco contrasta com o procedimento ousado da NSDAP. Essa divergência refletiria, em sua opinião, a dispersão da Política Externa do III Reich. (PAIVA, 1984: 9/19 143). Além disso, a NSDAP encontrou dificuldades e resistências entre parte da própria colônia de imigrantes e seus descendentes no Brasil na sua tentativa de ideologizá-los.

Nessas circunstâncias, Vargas deu início a um processo de proteção ao trabalho e recuperação da economia dos efeitos da grande depressão da crise de 1929, por conseguinte do incremento do comércio exterior. Ilustrativamente, citam-se: poucos dias depois de assumir o poder em 10 de novembro de 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Dec. Nº 19.433 de 26/11/1930) e em 12 de dezembro instituiu cotas de trabalho por meio do Decreto Nº 19.482, conhecido, pelo senso comum como ‘Lei dos Dois Terços ou de nacionalização do trabalho, por estabelecer a obrigatoriedade das empresas de empregarem pelo menos 2/3 de brasileiros entre seus funcionários’. Medida essa com previsível impacto, principalmente, na corrente imigratória urbana. Dessa forma, os imigrantes viram-se forçados a se ‘nacionalizarem’, a adquirirem a cidadania brasileira para pleitearem um posto de trabalho.

Quanto à Alemanha, destacam-se alguns dos aspectos do pensamento do estado totalitário de Hitler que mal se instalou no governo demandou a concentração de todo poder nas mãos do presidente. O controle absoluto de cima para baixo de todas as instâncias do estado e da sociedade era a meta. Os anos de 1933 e 1934 são tidos como o período de usurpação do poder. Não obstante, a política nacionalista de hipervaloração do “ariano”, a renovada importância dada ao “alemão do exterior” (minorias étnicas alemãs nascidas e estabelecidas no exterior) e as leis raciais constituem, quiçá, uma das, senão a mais marcante característica do regime. Afinal, Adolf Hitler apregoava desde o primórdio do seu movimento, conforme escreveu em sua obra *Mein Kampf* (Minha Luta), a união de toda a “raça alemã” e a expansão do território do Reich (Império) sob a palavra do *Lebensraum*, espaço vital. Nas páginas de sua obra *Minha Luta* proclamava: “O Objetivo da nossa luta deve ser o da garantia da existência e da multiplicação de nossa raça e do nosso povo” (Hitler, 1983: 141). Assim, em 7/4/1933, a *Gesetz zur Wiederherstellung des Berufsbeamtentums* (Lei de Restauração do Serviço Público Profissional, conhecida como Lei dos Serviços Cívicos) estabelecia que judeus e outros servidores públicos - os funcionários “não confiáveis” - deveriam ser despedidos de seus cargos no governo alemão, com isso deslançou as ações da política racista de tão bárbara memória. A NSDAP foi oficializada como único partido da Alemanha, em 14/7/1933. O processo de nazificação da cultura teve ponto nodal com a criação da Câmara de Cultura do Império (22/9/1933). Entre 1933 e 1934, o novo governo dedicou-se principalmente a estender seu poder em todas as esferas da sociedade e concentrou-se, sobretudo, na política interna com vista a consolidar a ditadura.

Sem embargo, o ano de 1934 pode ser considerado ponto de inflexão do prelúdio dos vetores que interagem na crise de 1938. Desse modo, registram-se na esfera política a eleição de Getúlio Vargas para presidente do Brasil, que lhe assegura continuidade no poder. Na Alemanha, no ano de 1934 deu-se a “recriação” do Império Alemão, III Reich, oficializada por meio de uma lei de 30 de janeiro. Em 5 de fevereiro, o governo nazista baixou um decreto que estabelecia as premissas de pertencimento ao estado (*Verordnung über die Deutsche Staatsangehörigkeit*) no qual, textualmente, incorporava o preceito nazista que apregoava fundir o ‘povo alemão’ em uma união indissolúvel. Essa medida, em certo sentido, atrelava os grupos populacionais de imigrantes alemães ao direito oficial e representou um decisivo passo

que leva às Leis Racistas de Nuremberg de 1935, as quais classificavam os alemães em Reichsdeutsche (alemão do Reich) e alemães de sangue e outros tipos de parentesco consanguíneo. (DANN, 1996: 299). Além disso, depois da morte do Presidente do Império, Marechal Paul Hindenburg (2/8/1934), ocorreu a fusão dos cargos de *Reichpräsident e Reichskanzler* no novo título “*Führer und Reichskanzler*” com o qual Hitler passou a ser designado e tornou-se chefe das forças armadas. (DANN, 1996: 295)

Quanto à crise econômica, Hjalmar Horace Greeley Schacht é o mago convocado para recuperar a economia alemã. O personagem responsável pelo fim da hiperinflação alemã do início da República de Weimar (1923) foi nomeado presidente da Reichbank, banco central alemão, em 17 de março de 1933. Depois veio a aglutinar a este o cargo de Ministro da Economia (2/8/1934). Schacht implementou um plano de recuperação da economia alemã, Neuer Plan, em 24 de setembro de 1934. “Esse Novo Plano representou uma centralização no âmbito do comércio. ... Para as importações autorizadas eram concedidas divisas em dinheiro ((bloqueado)) ou em conta de compensação.” (SCAHACT, 1999:398). O “comércio de compensação passou a ser um dos desígnios externos do regime totalitário de Hitler” (MENEZES, 1995: 201), por sinal, impositivo. O país que quisesse negociar com a Alemanha teria de fazê-lo sob essa modalidade. Nesse âmbito, a Alemanha “redimensionou e reorientou geograficamente a alocação de seus interesses” e sentenciou, nas palavras do então Ministro Diretor do Departamento de Economia do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Comissão de Política Comercial do Governo Imperial (Handelspolitischer Ausschuss der Reichsregierung – HPA) e futuro embaixador alemão Brasil, nosso personagem Karl Ritter: “Retirada da África e da *Commonwealth* e ida para a América do Sul, para os estados Balcãs, e para o Extremo Oriente” (RITTER apud KROLL, 1967: 83). Para concretizar essa meta foi constituída a Delegação Alemã de Tratados para a América do Sul, em junho de 1934. Presidida pelo Cônsul Geral Hans Kiep a comissão viajou por quase todos os estados daquela região. Foco principal era o Brasil. A missão comercial alemã aportou no Rio de Janeiro em outubro de 1934.” (MENEZES, 1995: 202). Dessa cronologia deduz-se que, os preparativos para a referida missão tiveram início concomitantemente a elaboração do Novo Plano, uma vez que a constituição da delegação antecedeu a entrada em vigor do mesmo.

Em suma, desde então até a eclosão da Segunda Guerra Mundial o comércio entre esses dois países processou-se sob os ditames da modalidade de comércio de compensação engendrada na esfera do Neuen Plan. Entrementes, esse conceito, em alguma medida, se ajustou às dificuldades, antagonismos e tensões com as quais se deparou, pelo menos ao que reporta ao Brasil. Assim, depois de muitos embates, constituíram-se a modalidade do *Zusätzliches Gegenseitigkeitsgeschäft* (negócio adicional) sob parâmetros mais favoráveis ao Brasil em comparação com outros países e a compra e venda de marco bloqueado – ASKI MARK (*AusländerSsonderkonto für Inlandszahlungen/* Conta Especial do Estrangeiro para Pagamentos Internos), tornando este uma moeda de certo modo, mesmo que restrito, convertível. (MENEZES, 1995: 214/215).

Finalmente, registra-se, no ano de 1937, uma “ofensiva alemã para aumentar sua influência no Brasil”. Nesse âmbito, o III Reich nomeou como embaixador para sua representação diplomática no Rio de Janeiro o próprio Karl Ritter. Diga-se de passagem, que paralelamente “houve o chamado “Segundo Plano Quadrienal”, que provocou a (...) saída ((de Schacht)) do Ministério da Economia” (SCHACHT, 1999: 398) devido a desavenças com Hermann Wilhelm Göring, que passou a ocupá-lo provisoriamente e com quem Ritter mantinha um canal direto de comunicação.

**ATORES POLÍTICOS EM CONFLITO.** Nesse ponto, faz-se a apresentação, de forma breve, dos dois principais personagens dos embates diretos no ano de 1938. Oswaldo Euclides de Souza Aranha (Alegrete, Rio Grande do Sul, 15/02/1894 – Rio de Janeiro, 27/01/1960), formou-se advogado pela Faculdade de Direito na então capital do país. Em seguida ocupou o cargo de promotor público em Alegrete /RS. Foi Deputado Federal pelo Partido Republicano Riograndense PRR, (1927). Durante o governo Vargas ocupou como ministro as seguintes pastas: Ministério da Justiça (alguns meses/1931), da Fazenda (1931-1933), Ministério das Relações (1938-1944). Foi embaixador em Washington (1934-1937). Presidente da Conferência Pan-Americana do Rio (1942).

Ainda nos anos 1930, recebeu convite do governo americano e para lá se dirigiu como chefe da Missão Aranha (1939), quando se entabularam negociações econômicas e militares e promoveu-se a aproximação do Brasil com a potência do norte. Pode-se dizer que ele é o principal artífice do perfilamento do Brasil ao lado dos Estados Unidos a

partir da Segunda Guerra Mundial. Nessa seara criam-se as pré-condições para a adesão do Brasil ao sistema norte-americano de poder.

No pós guerra teve uma trajetória que lhe dará projeção internacional, iniciada quando chefiou pela primeira vez a delegação brasileira na Organização das Nações Unidas/ONU (1947/48); encargo que voltou a assumir no Governo JK, em 1957. Em 1953, pela segunda vez, assumiu o Ministério da Fazenda, dessa feita no segundo governo Vargas (1953). Elegante, espírito diplomático nato, conciliador, insurrecionista e um dos principais articuladores da campanha do vitorioso movimento de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder, é considerado pan-americanista e amigo dos Estados Unidos.

Karl Ritter (Dörflas/Oberfranken, 05/06/1883 – Murnau am Stafflsee, 31/07/1968), estudou direito e doutorou-se em 1905. Em sua trajetória profissional ocupou cargos, dentre outras, nas seguintes instituições. Funcionário no Serviço de Colonização Imperial (1911-1918), depois transferiu-se para o Ministério da Economia (1911-1922) e a partir de 1922 passou para o Ministério das Relações Exteriores, onde como diplomata de carreira desempenhou várias importantes funções até o fim da Segunda Guerra Mundial. Ilustrativamente citam-se algumas das missões que desempenhou. Ocupou-se intensamente (antes do governo de Hitler) com um projeto de união aduaneira entre a Alemanha e a Áustria, que fracassou diante das resistências francesas (1931). Encarregado Especial no processo de negociação do Tratado de Munique (29/9/1938). Embaixador alemão no Brasil (1937-1938. Nomeado em 16/6/1937, chegou ao Rio de Janeiro no dia 8/12/1937 e no dia 14 entregou suas credenciais).

Durante a Segunda Guerra Mundial foi o responsável por todos os assuntos de economia de guerra no Ministério das Relações Exteriores. Oficialmente tornou-se membro da NSDAP quando era embaixador no Brasil (1938). Privava de contato direto com o alto escalão do regime nazista, a exemplo de Joachim von Ribbentrop, ministro das Relações Exteriores (1938-1945), Paul Joseph Göbbels, ministro da Propaganda, Hermann Wilhelm Göring, segundo na hierarquia do regime nazista e Heinrich Himmler, chefe da SS e da Gestapo. Ironicamente teve ao seu lado no Ministério das Relações Exteriores, como colaborador próximo, o Cônsul Secretário de Primeira Classe, Fritz Kolbe, conhecido depois como a principal fonte de espionagem dos

segredos da máquina de guerra nazista de dentro do aparato do poder em Berlim. (SENG, 2004: S/PG.).

Karl Ritter, diplomata de carreira, como Embaixador para Assuntos Especiais era um dos mais bem informados, influentes e fiéis servidores do regime nazista no Ministério das Relações Exteriores, o homem de ligação com o Comando Superior das Forças Armadas. Condenado a quatro anos de prisão como criminoso de guerra no chamado Processo da Wilhelmstrass, 1947 (o maior e último dos processos que se seguiram ao de Nuremberg, conhecido por uma das denominações do Ministério das Relações Exteriores devido ao fato de 18 dos 21 acusados pertencerem àquela instituição). As fontes consultadas não registram informação sobre seu paradeiro depois que cumpriu a pena.

Cotejando alguns aspectos das trajetórias dos dois personagens. Quando serviu no Rio de Janeiro Ritter era um senhor de meia idade (54/55 anos). As fontes pesquisadas permitem traçar o seguinte *portrait*: com sua estatura de 1 m 90 cm, portou-se no Rio de Janeiro de modo arrogante, quase petulante, causava impressão, sobretudo devido à incansável, enérgica e contestadora reação às medidas de nacionalização do regime de Vargas que contrariavam os interesses da NSDAP. (HILTON, 1996: 274-280. SCHACHT, 1996). Diplomata de carreira participou de importantes processos de negociação do regime, haja vista os que levam ao Tratado de Munique (1938), ao Tratado de Não Agressão Mútua/ Pacto Hitler/Stalin, firmado às vésperas da Segunda Guerra Mundial (23/8/1939) e sinal verde para a Alemanha atacar a Polônia. Pode-se deduzir do conjunto de informações espalhadas pelas fontes consultadas que nutria uma aversão à Aranha, em primeira linha por considerá-lo adversário do nazismo e pan-americanista

Por ocasião da estada de Ritter no Rio de Janeiro, Aranha tinha entre 43 e 44 anos, estava em plena fase consolidada de sua carreira como homem público e era o grande articulador das ações que levaram o Brasil a aderir ao pan-americanismo. Simpatizante e aliado dos Estados Unidos e de seu regime democrático liberal. Alvo principal da “forma agressiva” com que Ritter se comportava, encenou com este ríspidos entreveros (HILTON, 1996: 274-280). Por seu turno, pode-se dizer que Aranha não nutria nenhum a simpatia pelo embaixador alemão. Além do choque de personalidades, estava em jogo no embate entre os dois protagonistas, sobretudo, a

disputa pela inclinação do Brasil por um dos dois sistemas de poder inconciliáveis em seus postulados (liberalismo x bilateralismo, democracia x totalitarismo). No pós guerra o destino leva Aranha a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz e Ritter à condenação como criminoso de guerra.

**PULSAR DOS ACONTECIMENTOS NO ANO DE 1938.** Esse ano registra a continuidade do enorme crescimento dos números estatísticos nas relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, processo que tem inflexão no ano de 1934, quando a Alemanha enviou a América do Sul a mencionada Missão de Tratado de Compensação. O país europeu ocupava então, pela terceira vez consecutiva, o primeiro lugar como fornecedor das importações brasileiras, perfazendo 25 % do total de suas compras. Esse é o resultado do aludido método do processo de exportação complementar empregado pela Alemanha. (MENEZES, 1995: 214-215).

O que esses dados estatísticos não deixam transparecer é a tensão política que marcava as relações bilaterais entre a potência totalitária européia e a ditadura sul-americana naquele ano, assim como que, a despeito dos números do ano de 1938, durante alguns meses o comércio de compensação praticamente ficou paralisado, quando o governo brasileiro suspendeu as compras de marcos bloqueados.

A largada direta da contenda sucedeu em 1937, quando os Estados Unidos e a Alemanha ofensivamente tentaram aumentar suas influências no Brasil e nesse contexto trocaram seus embaixadores. Em julho de 1937, Jefferson Caffery, diplomata que até então estava acreditado em Cuba, foi designado embaixador norte-americano no Brasil. Paralelamente, a Alemanha de Hitler, como já mencionado, nomeiou Karl Ritter seu embaixador no Rio de Janeiro. Com essa indicação, vale lembrar, o governo alemão escolheu o Diretor Ministerial da Comissão de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt), o que fala por um empenho em continuar a promover e aprofundar as relações comerciais. Todavia, uma das missões cruciais do embaixador era ter a minoria étnica alemã sob o controle do regime nazista e na medida do possível influenciar o Brasil para se manter neutro face ao desenrolar dos acontecimentos na Europa às vésperas da Segunda Guerra Mundial. O *modus operandi* de Ritter, sua maneira agressiva e por demais autoconfiante não colaborou muito nesse sentido. Ele introduziu um novo estilo de postura no Rio de Janeiro, a qual suscitou o

seguinte comentário do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha:

“O embaixador Karl Ritter comporta-se aqui de uma forma extremamente agressiva. Seus despachos, mesmo quando de conteúdo insignificante, eram em um estilo tão agressivo e em uma linguagem não diplomática, que nos obrigou devolvê-los ou respondê-los em um modo não usual no Itamaraty.”  
(Aranha para o Chefe do Attachés de Comércio do Brasil em Roma).

A reação de Oswaldo Aranha é compreensível, pois Ritter foi o primeiro diplomata nacional-socialista (nazista), a expor sem subterfúgios suas convicções políticas no Rio de Janeiro. A linguagem de Ritter aguçou por ocasião do *Putsch* integralista de maio de 1938 contra o governo de Getúlio Vargas, quando alguns cidadãos do Império alemão, assim como descendentes de alemães foram presos e os boatos sobre uma possível participação alemã na tentativa de golpe de estado se disseminaram. Acontecimentos que ensejaram o crescimento da desavença entre o embaixador alemão e o ministro das Relações Exteriores brasileiro. Para tanto contribuíram também as opiniões inconciliáveis dos dois governos sobre a questão da representação do Partido Nazista no país.

O embaixador alemão defendia nesse conflito a “doutrina alemã” de dupla representação no exterior: uma representação diplomática e política do governo e outra do partido, no caso a NSDAP. Na opinião do diplomata alemão ele representaria apenas seu país. O Partido Nazista encarnaria a própria Alemanha e por isso deveria representá-la politicamente no exterior. Esse ponto de vista praticamente programou outras desavenças entre ele e o governo brasileiro; especialmente depois da proibição das organizações políticas estrangeiras no Brasil por meio de decreto presidencial datado de 19 de abril de 1938. Segundo Paiva, o sucesso da NSDAP junto aos colonos era apenas externo, pois “a cultura do colono ainda se prendia a velhas e firmes normas”. Igualmente, reflete este autor, “a NSDAP teria encontrado enormes dificuldades para ter sob sua coordenação as diferentes organizações culturais e desportivas dos imigrantes alemães e seus descendentes”. Além disso, “a NSDAP não dispunha no Brasil de poder policial-militar para forçar a lealdade ((de seu público alvo))”. (PAIVA, 1984: 141/142).

A Federação dos Centros Culturais 25 de Julho (criada no Rio de Janeiro, em 1936) era uma das mais importantes associações próximas à NSDAP. A Federação

vinha a ser a grande tentativa de agregar os brasileiros descendentes de alemães. (PAIVA, 1984: 145). Desse modo, dá para entender o enérgico posicionamento de Ritter por ocasião da prisão seguida da morte de Frederico Colin Kopp, então diretor da mencionada Federação, depois da tentativa de golpe dos integralistas (maio de 1938). A campanha de nacionalização em epígrafe, segundo Hilton, era instigada e liderada pelo Exército com vistas a forçar o abrasileiramento dos imigrantes e seus descendentes, especialmente dos alemães, no sul do país; assim como impedir as atividades da NSDAP, “cujos membros começaram logo a ter atritos com a polícia em diversas cidades do sul” (HILTON, 1994: 273). Entrementes, ainda segundo Hilton, os atritos entre os dois embaixadores em foco “começaram logo que Aranha se tornou ministro. “Em 15 de março ((1938)), Ritter entregou ao Itamaraty uma nota de protesto contra críticas a Hitler feitas pela imprensa brasileira, queixa que renovou uma semana depois.” (HILTON, 1984: 274).

Em face à situação dos ativistas nazista, Ritter voltou a entrar em contato com Aranha, ainda em março (27/03), para advertir o Chanceler brasileiro, em “um tom enfático”, que o livre funcionamento da NSDAP “era, para Berlim, uma reivindicação não-negociável”. (HILTON, 1994: 274). Por esta ocasião, tratava-se simplesmente da maior representação, em termos numéricos, do partido nazista no exterior, com cerca de 3.000 filiados, com subdivisões em 17 estados. O clima tornou-se definitivamente turvo entre os dois diplomatas quando em audiência no Itamaraty, em 17 de maio de 1938, Ritter ouviu de Aranha que “seu argumento sobre o caráter oficial do Partido Nazista eram “inadmissível” e que as críticas da imprensa não obedeciam a nenhuma intenção de prejudicar as relações com a Alemanha.” (HILTON, 1994: 275). Mas o ponto culminante do atrito ocorreu quando em 21 de maio, por mais uma das idas de Ritter ao Itamaraty, a “insolência” e “arrogância” do alemão e “o sangue quase fervendo” do brasileiro levaram Aranha a convidar o embaixador alemão a se retirar de seu gabinete. (HILTON, 1994: 275/276).

Essa tensão levou o governo brasileiro a externar ao Auswärtigen Amt, em Berlim, seu desejo de uma substituição de Karl Ritter por outro diplomata. Em agosto, Karl Ritter viajou para a Alemanha com o objetivo de participar da convenção partidária da NSDAP em Nuremberg. Em negociação anterior a esse evento, o Brasil fez ver à Alemanha que aquela era uma vantajosa oportunidade para uma conveniente

substituição do embaixador e entendeu ter o “Compromisso da Wilhelmstrasse” (Rua Guilherme, endereço e uma das formas de designar o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha) nesse sentido. Quando da mencionada estada de Ritter na Alemanha, o governo brasileiro lembrou ao Auswärtigen Amt a promessa de proceder a alentada troca de embaixador por aquela ocasião. Entrementes, o governo brasileiro teve a surpresa de saber, que ao contrário do prometido pelo Auswärtigen Amt, no meio do mês de setembro o embaixador Ritter, preparava-se apressadamente (*in aller Eile*) para regressar ao Rio de Janeiro. Aranha acreditava que “a volta de Ritter, bem como a do von Cossel, ..., e a de outros elementos, obedecem a um plano de ação em nosso País.” (ARANHA op. cit.)

Depois do insucesso dessa nova *démarche*, quando se buscou a aplicação do aludido ‘Compromisso da Wilhelstrass’, o Brasil declarou, em 21 de setembro, Karl Ritter *persona non grata*. Em linguagem diplomática, expulsava o embaixador alemão, ao que sucedeu as recíprocas convocações dos respectivos embaixadores e estabeleceu-se a desocupação dos cargos, passando-se a ter uma representação diplomática livre, situação que perdurou até junho de 1939, quando Ciro Freitas-Valle foi nomeado embaixador brasileiro em Berlim, e, concomitantemente, Kurt Prüfer acreditado embaixador alemão no Rio de Janeiro. Não obstante, a atmosfera para o restabelecimento de relações políticas amigáveis deu-se desde o fim de 1938. Para a melhora do turbado clima nas relações políticas bilaterais contribuiu a constatação da parte do Brasil, que, de fato, a diplomacia alemã desistira de confrontar diretamente a questão da nacionalização de grupos de imigrantes e seus descendentes e a Alemanha, por seu turno, deu-se conta de que no Brasil não se estabelecera nenhum *boycott* contra produtos alemães.

Nesse sentido, o Conselheiro alemão Levetzow fora informado, em outubro de 1938, por ocasião de uma entrevista do mesmo no Itamaraty, que o governo brasileiro assim como antes, tinha interesse em continuar promovendo suas relações comerciais com a Alemanha. Uma declaração similar da parte da Alemanha pode ser constatada, por exemplo, no memorando de Clodius, datado de 24 de outubro de 1938. A boa vontade do Governo alemão em prol do alargamento de suas relações comerciais com o Brasil pode ser aferida também na seguinte medida: devido à censura do correio brasileiro contra a saudação “política nazista” (sic) e em prol do “interesse da urgente

necessidade da manutenção e aumento da exportação alemã” foi dado, em março de 1939 por desaconselhável que as firmas alemãs se abstivessem no âmbito das transações comerciais com o Brasil de utilizar as formas de saudação “Heil Hitler!” e “com saudação alemã!”, quando o destinatário fosse firma constituída sob o direito brasileiro (firma juridicamente brasileira) ou um cidadão de nacionalidade brasileira.

Os entrelaçamentos econômicos entre os dois países tornam compreensíveis os esforços dos mesmos em liquidar a tensão política e normalizar suas relações, as quais em termos econômicos ganharam significados especiais desde 1934, quando o Brasil tornou-se o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul; e por seu turno, a Alemanha passou a ter interesse crescente nas exportações brasileiras, particularmente de algodão. Da parte do Brasil, as coisas estavam extremamente comprometidas em relação ao comércio com a Alemanha, desde quando esta veio a ser seu principal parceiro comercial. Além disso, a Alemanha estava disposta a vender para o Brasil armas – um desejo brasileiro que seu outro importante fornecedor, os Estados Unidos, não demonstrara interesse em preencher.

Quando os embaixadores foram chamados de volta aos seus respectivos países, dirigiu-se o representante daquela câmara, von Hardenberg, ao diretor da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores no Ministério da Economia, ao dirigente da Repartição VII da organização Estrangeira da NSDAP (Partido Nazista), assim como ao representante da Repartição Sul-americana no Departamento de Comércio Exterior da NSDAP para discutir sobre a situação. Na conversa examinou o estado da coisa e chegou a conclusão, “que em relação à seara comercial não há por que se contar com conseqüências desfavoráveis diante do episódio dos embaixadores”, uma vez que para o Brasil tem um significativo papel, o fato do Banco do Brasil dispor de Marcos de Compensação (moeda bloqueada) no valor de cerca de 20 milhões, os quais só poderiam ser usados em pagamento de exportações alemãs e, sobretudo face ao negócio com a Krupp que envolvia a soma de 100 milhões de marcos correspondentes à compra de armas pelo Brasil, o qual transcorreria ao longo de seis anos e no marco de um negócio de compensação especial, ou seja, o Brasil teria que enviar mercadorias para a Alemanha como parte do pagamento da transação da compra de armas. Os esforços dispensados pelos alemães para não deixar que a tensão política afetasse as relações comerciais entre os dois países, ao contrário do que prega a tese de Käte

Harms-Baltzer, só parcialmente tem sucesso, pois em relação à questão do comércio de compensação observam-se dificuldades relacionadas não somente à faceta técnica de sua operacionalidade.

No fim de junho de 1938, o Banco do Brasil detinha um enorme saldo de marcos de compensação em decorrência das grandes compras alemãs dos últimos meses, marcos esses que só poderiam ser investidos no pagamento de importações alemãs. Com vista a evitar mais exportação para a Alemanha, à medida que correspondente importação brasileira de mercadorias alemãs se processasse, em conformidade com a declaração oficial das instâncias brasileiras competentes, o Banco do Brasil suspendeu a compra de marcos de compensação. Um posicionamento oficial da Alemanha em relação a essa medida foi externado por meio da imprensa. No diário *Frankfurter Zeitung* (edição de 15/11/1938) pode-se, por exemplo, ler: a Alemanha respondeu ainda em junho, a essa atitude brasileira com a resposta que de sua parte não mais se apresentaria como comprador de mercadorias brasileiras. Que deveria ficar claro que o Brasil no quadro do negócio de compensação teria que continuar comprando se quisesse vender para a Alemanha. Com a proibição de comprar marcos de compensação, sucumbem as vendas brasileiras para os importadores da Alemanha, devido à total falta de compromisso da reação alemã em contornar as coisas.

Observa-se que, o Banco do Brasil suspendeu a proibição da compra de marcos de compensação exatamente no momento em que Frederico Colin Kopp morreu em uma prisão brasileira, em 24 de junho. Kopp pertencia à direção da Federação 25 de Julho (uma agremiação dos descendentes de alemães) e fora preso por ocasião da aludida tentativa de *Putsch* dos integralistas, no início de maio de 1938. Apesar de tudo, o Brasil conseguiu, a despeito de todo aspecto ameaçador, que a prisão e morte de Kopp não se transformasse em um obstáculo nas relações bilaterais. Igualmente digno de nota, é o fato de que em novembro, quando o Brasil voltou a comprar marcos de compensação, assim como antes, enorme soma dessa divisa estava depositada no Banco do Brasil. Fato que permite levantar a questão sobre as intenções não reveladas para se ter tomado aquela medida.

Entrementes, quando o Brasil tentou não mais comprar marcos de compensação, deslanchou-se no país uma campanha de imprensa da parte alemã a favor da modalidade de comércio com esse tipo de moeda. Ilustrativamente, traz-se a baila a onda de

propaganda dirigida pela Firma Naumann, Gepp & Cia. Ltda., em Santos, na qual se defendia a modalidade de comércio com marcos bloqueados e verberava-se contra a medida do Banco do Brasil, ao que tudo indica com apoio de círculos de negócios brasileiros. Além disso, espalhou-se boatos sobre uma “possível necessidade de se reduzir o consumo de café na Alemanha”, como meio de fortalecer a situação a favor do comércio de compensação. A campanha a favor dessa modalidade de comércio foi abraçada por diferentes círculos de interesses econômicos em todo o Brasil. No decorrer da segunda metade do ano de 1938 chegaram até o presidente Getúlio Vargas, das mais distintas partes do país, conselhos, recomendações e pedidos em prol da retomada das exportações e importações via marcos de compensação pelo Banco do Brasil.

Em virtude do começo da normalização das relações diplomáticas sucedeu, em novembro, finalmente a permissão para exportação de algumas mercadorias brasileiras para a Alemanha. Outro passo importante para o restabelecimento do comércio com esse país deu-se em início de dezembro, com a autorização de cotas de exportações de alguns produtos com marcos de compensação. Apesar disso, os produtores brasileiros não se deram por satisfeitos e pressionaram o governo pelo aumento das cotas, como forma de solucionar o impasse em que se encontravam. Finalmente, entrou em vigor por um ano a prorrogação do Acordo de Compensação, em 24 de janeiro de 1939, com retroatividade a partir de setembro de 1938. Com essa medida, esperava-se suspender a limitação das exportações brasileiras para a Alemanha e colocar as relações comerciais entre os dois países novamente em uma florescente direção. A Segunda Guerra Mundial, (nunca é demais lembrar, eclodiu no dia 1º de setembro de 1939) colocou os mercados em forte agitação, e espalhou a sombra do perigo da guerra submarina. Paralelamente tem-se, então, o desenrolar do conflito e, por conseguinte, o início de outro capítulo da história das relações teuto-brasileiras.

## EPÍLOGO

Do aqui apresentado, pode-se consubstanciar a tese que a tensão política entre o Brasil e a Alemanha, no ano de 1938, deu-se devido a vários fatores que confluíram nesse ano para o estremecimento das relações em foco. Esse esboço permite também concluir como os interesses políticos e econômicos se entrelaçavam de várias formas, apesar de ser difícil afirmar até que ponto eram interdependentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Moniz. O Milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações entre a Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994). São Paulo: Ensaio, 1994.
- DANN, Otto. Nation und Nationalismus in Deutschland 1770-1990. Münche: Beck, 1993.
- DUPEUX, Louis. História Cultural da Alemanha 1919-1960. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992
- GONÇALVES, Joanisval Brito. Tribunal de Nuremberg, 1945-1946: a gênese de uma nova ordem no direito internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- HILTON, Stanley. Oswaldo Aranha: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- HITLER, Adolf. Minha Luta. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- Harms-Baltzer, Käte. Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938, Dissertation, Hamburg/Berlin, 1970.
- KROLL, Hans. Lebenserinnerungen eines Botschafters. Köln/Berlin: Kiepenheuer & Wirtsch, 1967.
- MENEZES, Albene Miriam. “Alemanha e Brasil: O comércio de compensação nos anos 30”. In MENEZES, A.M., e BRANCATO, Sandra M. Lubisco (orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 193-215.
- . Die Handelsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien in den Jahren 1920-1950 unter Besonderer Berücksichtigung des Kakaohandels. Uni. Hamburg, Dissertation, 1987.
- NOLTE, Ernst. Der Faschismus in seiner Epoche. Action française, Italianischer Faschismus Nationalsozialismus. Münche/Zürich: R. Piper & Co Verlag, 1984.
- NEUMANN, Franz. Behemoth. Struktur und Praxis des Nationalsozialismus 1933-1944. Frankfurt am Mai: Fischer Verlag, 1998.
- Pommerin, Reine. Das Dritte Reich und Lateinamerika. Düsseldorf: Droste, 1977.
- RAHMEIER, Andrea Helena Petry. Relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil – dezembro de 1937 a julho de 1939. In Textos de História, Brasília: PPGHIS/UnB, vol, 16, n. 2, 2008, p. 193-215.
- SCHACHT, Hjalmar. Deutschland in der Weltwirtschaft. Conferência proferida na Feria da Primavera de Leipzig – 1935. Berlin, 1935 (Separata da Reichsbank).

-----. Setenta e seis anos de minha vida: a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SCHRÖDER, Hans-Jürgen. Die “Neur Deutsche Südamerikapolitik” – Doc zur Nationalsozialischen Wirtschaftspolitik on 1934 bis 1936. In Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, Bd. 7, Köln/Wien 1969, S. 337-451.

SEITENFUS, Ricardo. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SENG, Matthias. Spion gegen Hitler. In [http://nachrichten.freenet.de/wissenschaft/geschichte/spion-gegen-hitler\\_737760\\_533364.htm](http://nachrichten.freenet.de/wissenschaft/geschichte/spion-gegen-hitler_737760_533364.htm) (14/3/2011).

STREISAND, Joachim. Deutsche Geschichte von Anfängen bis zur Gegenwart.

Wyncken, Klaus. Die Entwicklung der Handelbeziehungen zwieschen Deutschland und Brasilien, Diss. Köln, 1958.